



Regulamentação da profissão de ortoptista vence etapa mais difícil

“A aprovação da regulamentação da profissão de Ortoptista na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados foi uma grande vitória da união entre oftalmologistas e ortoptistas e representou a superação da etapa mais difícil para a aprovação do projeto. Estamos confiantes que, até o final de 2009, a profissão esteja devidamente regulamentada e possamos nos dedicar à criação de cursos de ortóptica em todo o País, o que, por sua vez, representará grande benefício para a população”.

Foi desta forma que a presidente do Conselho Brasileiro de Ortóptica (CBOrt), Andréa Pulchinelli Ferrari, avaliou a aprovação do projeto de lei do Senado 7.289/06 pela CTASP, ocorrida em 17 de dezembro de 2008. O projeto, que considera o ortoptista como profissional de nível superior, que tem como função principal medir ângulos de estrabismo e acuidade visual, além de verificar as funções dos músculos extra-oculares e atuar em equipes interdisciplinares como a de reabilitação visual. O projeto já havia sido aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da mesma Câmara dos Deputados em abril de 2007 e agora foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), última

etapa de sua tramitação no Congresso Nacional, onde será relatado pelo deputado José Mentor (PT/SP). Caso seja aprovado sem emendas, o projeto será encaminhado para sanção do presidente da República. Na CTASP, o projeto recebeu parecer favorável do relator, deputado Pedro Henry (PP-MT), para quem a proposta atual não faculta aos ortoptistas a realização de exames de refração, adaptação de lentes de contato e prescrição de lentes de grau ou medicamentos para tratamento ocular, funções exclusivas do médico oftalmologista.

Parceria

A profissão de ortoptista teve início no Brasil em 1947, quando o oftalmologista Moacyr Álvaro, Professor Titular de Oftalmologia da então Escola Paulista de Medicina (EPM) e uma das lideranças históricas da especialidade, trouxe a ortoptista inglesa Miss Beryl Mayou para ministrar um curso em São Paulo. O curso teve duração de seis meses e foi frequentado por seis alunos.

O curso da EPM passou a ser periódico e, a partir de então, vários outros serviços de oftalmologia passaram a ministrar cursos de ortóptica, mas tais iniciativas eram independentes, sem qualquer ligação, quer do ponto de vista teórico, quer prático. Em 1955, todos os cursos então existentes foram unificados. Passaram a ter duração de dois anos, orientação da cátedra de Oftalmologia da EPM e contavam com participação de oftalmologistas do Hospital das Clínicas e da Santa Casa. As aulas práticas ficavam a cargo dos ortoptistas que mantinham estagiárias nos consultórios em que trabalhavam.

Em 1989, os cursos passaram a ter duração de três anos. As aulas e os

estágios eram executados na EPM e os alunos, além de ortóptica, aprendiam a realizar exames de campo visual e outras atividades relativas a tecnologia oftálmica. A partir de 1999 o curso foi totalmente remodelado, mudou o foco e transformou-se no curso de Tecnologia Oftálmica da UNIFESP. Ao mesmo tempo, outros cursos de ortóptica foram se extinguindo e atualmente, em toda a América do Sul, existe apenas o curso do Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação - UNI - IBMR que forma esses profissionais.

No campo associativo, em 1952, foi fundada a Associação Paulista de Ortóptica, que posteriormente foi transformada em Associação Brasileira de Ortóptica e, mais recentemente, foi transformada no Conselho Brasileiro de Ortóptica.

Nestes 62 anos de existência de ortoptistas no Brasil, foram realizadas várias tentativas de regulamentação que, de acordo com a presidente do CBOrt, não levavam em conta o fato da necessidade de parceria permanente entre ortoptistas e oftalmologistas e fracassaram.

“As duas profissões trabalham em parceria, em simbiose. A legislação atual leva isto em consideração e, por



Andréa Pulchinelli Ferrari

isto, recebeu o apoio dos médicos oftalmologistas e de sua entidade representativa, o CBO. Isto gerou um clima bastante positivo que facilitou a tramitação do projeto e, certamente, contribuirá para a sua aprovação final”.

Andréa Pulchinelli Ferrari considera que logo o projeto estará nas mãos do presidente da República para sanção definitiva, o que deve ocorrer já que a regulamentação da profissão de ortoptistas não cria qualquer conflito jurídico ou profissional, está recebendo o apoio dos médicos oftalmologistas e contribuirá para criar condições mais adequadas para melhorar a saúde ocular da população.

Depois de aprovada a regulamentação, Andréa Pulchinelli Ferrari considera que o maior desafio a ser enfrentado é multiplicar os centros formadores de profissionais.

“Hoje, só temos a formação de ortoptistas no Rio de Janeiro, no UNI IBMR que é uma instituição particular. Com a regulamentação, outros cursos surgirão, inclusive em universidades públicas, que para nós é fundamental. Além disso, teremos condições de abrir caminhos para regularizar a

situação de colegas que se formaram no exterior e que hoje não têm como exercer legalmente sua profissão. A regulamentação também porá fim a uma situação no mínimo estranha: recebemos informações de que algumas instituições teriam lançado cursos de pós-graduação lato sensu em ortóptica, o que é totalmente irregular”, declarou.

Segundo a avaliação da presidente do CBOrt, existem atualmente no Brasil aproximadamente mil profissionais, dos quais pouco menos de 250 estão ligados ao conselho. A partir da regulamentação, calcula que este número terá rápida expansão, uma vez que o mercado de trabalho é altamente promissor.

Projeto

O atual projeto de regulamentação teve origem em projeto do então deputado e posteriormente senador Paulo Paim (PT/RS). Fruto de intensas negociações que envolveram oftalmologistas, ortoptistas e parlamentares. Buscando facilitar sua tramitação, Paim apresentou-o ao Senado e conseguiu sua aprovação e envio para a Câmara dos Deputados onde, por

ser originário da Câmara Alta, teve sua tramitação facilitada. Na CTASP, algumas alterações foram propostas pelos deputados Nelson Pellegrino (PT/BA) e Vicentinho (PT/SP), mas não foram aprovadas, o que colaborou para a tramitação do projeto.

“Pelos contatos que temos em Brasília, é apenas questão de tempo, pois não existe motivo para o projeto ser barrado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania ou sofrer veto do presidente da República. Temos que levar em conta também que no ano passado, nas portarias promulgadas pelo Ministério da Saúde que tratam da estruturação da assistência oftalmológica no Brasil, e também posteriormente na de reabilitação visual, está prevista a presença de ortoptistas nas equipes multidisciplinares que prestarão esta assistência, o que reforça mais ainda nossa esperança de logo ver aprovada a regulamentação de nossa profissão”, concluiu a presidente do CBOrt, Andréa Pulchinelli Ferrari •



A ortoptista Andréa Pulchinelli Ferrari e um paciente



Andréa Zin, representante do CBO, Andréa Pulchinelli Ferrari e Mariza Loos Pfeiffer, ex-presidente e atual vice-presidente do CBOrt



Helder da Costa Filho, presidente da SBVSN, com as ortoptistas Andréa Pulchinelli Ferrari e Mariza Loos Pfeiffer

Em 21 de março, foi realizada no auditório da UNI-IBMR, no Rio de Janeiro, a solenidade de posse da nova diretoria do CBOrt, presidida por Andréa Pulchinelli Ferrari e formada também por Mariza Loos Pfeiffer (vice-presidente), Celina Tamaki Monteiro de Castro (tesoureira), Jorge B. Amorim (2º tesoureiro), Claudineia Miranda Dutra Terra (secretária), Patrícia Chianello (2ª secretária), Priscila Ciocler Froimann (coordenadora da Comissão Científica) e Vivian Secin (suplente). O Conselho Brasileiro de Oftalmologia foi representado na solenidade por Andréa Zin e a Sociedade Brasileira de Visão Subnormal por seu presidente, Helder da Costa Filho •

Câmara Municipal de Mogi das Cruzes discute optometria

A Câmara Municipal de Mogi das Cruzes (SP) realizou em 03 de junho audiência pública para discutir alteração na legislação tributária que incluiria as autodenominadas clínicas de optometria na lista de estabelecimentos aptos a recolherem o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza naquele município, proposta pelo vereador Jean Lopes (PC do B).

A audiência pública contou com a participação médico oftalmologista daquela cidade Fernando Boucault e do coordenador do Departamento Jurídico do CBO, Maurício Rhein Félix. Embora os simpatizantes do autodenominado Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria e alunos de optometria da Universidade de Mogi das

Cruzes fossem maioria na platéia, tanto Boucault quanto Rhein Félix conseguiram fazer prevalecer os pontos de vista favoráveis à saúde ocular da população e de respeito à legislação em vigor.

Como consequência da atuação dos dois, o vereador Francisco Moacir Bezerra de Melo Filho (PSB), integrante da Comissão de Saúde da Câmara, comprometeu-se a atuar contra a aprovação do projeto e o próprio autor da proposta solicitou ao CBO subsídios para estudar melhor a questão. Além disso, os representantes da Oftalmologia foram convidados para uma nova audiência, desta vez reservada aos vereadores para continuar os debates.

Na avaliação do coordenador do Departamento Jurídico do CBO, o objetivo do projeto é criar um impasse jurídico, já que se houver previsão tributária, a vigilância sanitária não poderá obstar a instalação de consultório optométrico e, se o fizer, a autorização pode ser obtida através de mandado de segurança. Rhein Félix, entretanto, considera improvável que tal situação seja criada •



O oftalmologista Fernando Boucault na audiência pública



Leonardo Akaishi, representante da SBCII entrega o documento ao presidente do CBO, Hamilton Moreira

SBCII entrega Parecer sobre Troca do Cristalino com Finalidade Refrativa (TCR)

Durante a inauguração do Escritório do Conselho Brasileiro de Oftalmologia em Brasília, o vice-presidente da Sociedade Brasileira de Catarata e Implantes Intra-Oculares, Leonardo Akaishi, entregou à diretoria do CBO o parecer final da Comissão designada pela entidade para normatização do procedimento de Troca do Cristalino com Finalidade Refrativa (TCR).

No documento, a SBCII solicita que a Troca de Cristalino com Finalidade Refrativa seja incluída no arsenal terapêutico do cirurgião e que o CBO envie para o Conselho Federal de Medicina (CFM) parecer no sentido de recomendar que o procedimento não seja mais considerado experimento para tratamento de miopias elevadas que fogem da zona segura de tratamento com laser; em pacientes

acima de 50 anos ou com DPV completo, bem como nos casos de presbiopia associada ou não à ametropias esféricas e em olhos com hipermetropia moderada a elevada.

A Sociedade Brasileira de Catarata e Implantes Intra-Oculares considera que a TCR é realizada com a mesma técnica usada para a cirurgia da catarata (facoemulsificação), que é usualmente realizada em quase todos os países da Europa, Ásia e América e que várias publicações em importantes revistas indexadas do mundo publicaram artigos favoráveis sobre o assunto.

O parecer da SBCII esclarece que a "expectativa crescente dos pacientes em atingir boa visão sem correção óptica adicional gera uma grande responsabilidade profissional e médico-legal para o cirurgião refrativo. Olhos sadios com excelente acuidade visual corrigida representam um grupo diferente daqueles com deficiência

visual cujo objetivo cirúrgico é reabilitar a visão. Fatores como idade, severidade da ametropia e expectativa do paciente devem ser considerados na indicação e escolha da técnica cirúrgica a ser adotada em cada caso."

A Comissão da SBCII que elaborou o documento foi composta por Flávio Rezende Dias (relator), Marco Antônio Rey de Faria (presidente da SBCII), José Ricardo Rehder (presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Refrativa), Armando Crema, Eduardo Sone Soriano, Fernando Trindade, Leonardo Akaishi, Mauro Campos, Paulo Gilberto Jorge Fadel, Pedro Paulo Fabri, Roberto Pinto Coelho, Sérgio Kwitko e Virgílio Centurion.

A Comissão Científica e a Diretoria do CBO analisarão o documento entregue pela Sociedade Brasileira de Catarata e Implantes Intra-Oculares nas próximas semanas •

CBO responde à revista Isto É

“ O Conselho Brasileiro de Oftalmologia entende que, sem ter realizado a apuração devida dos fatos, a reportagem colocou em cheque o trabalho de uma instituição ilibada e tradicional, que conta com o mais alto conceito na captação e no transplantes de córneas, que no final de 2008 zerou a fila de espera para esse tipo de procedimentos. Mais do que isto, colocou em cheque os resultados de um esforço empreendido em todo o país em prol da captação e do transplante de córneas.”

Este é um dos trechos do documento que o presidente do CBO, Hamilton Moreira, enviou aos editores da revista Isto É, em protesto contra a matéria “Tráfico de Órgãos”, assinada por Alan Rodrigues, publicada em 20 de maio. Nesta reportagem, o autor traça um cenário absurdo sobre a realidade dos transplantes no Brasil a partir de um acidente ocorrido no Hospital Municipal do Tatuapé, baseado em depoimentos tendenciosos e sem qualquer preocupação de ouvir representantes do Hospital de Olhos de Sorocaba, de entidades representativas dos médicos e dos pacientes que esperam por transplantes.

A íntegra do documento enviado pelo presidente do CBO à direção da publicação é a seguinte:

A classe oftalmológica brasileira, representada pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia, opõe-se e lamenta a reportagem intitulada “Tráfico de Órgãos”, publicada na edição de 20 de maio de 2009, da Revista Isto É, em que se refere à captação e transplantes de córneas.

No entender do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Isto É não seguiu princípios básicos do jornalismo ao não permitir o Hospital de Sorocaba de defender-se das graves acusações que sofreu - a não ser por uma declaração da superintendente do seu Banco de Olhos publicada em uma linha da reportagem. O Conselho Brasileiro de Oftalmologia entende que, sem ter realizado a apuração devida dos fatos, a reportagem colocou em cheque o trabalho de uma instituição ilibada e tradicional, que conta com o mais alto conceito na captação e no transplantes de córneas, que no final de 2008 zerou a fila de espera para esse tipo de procedimentos. Mais do que isto, colocou em cheque os resultados de um esforço empreendido em todo o país em prol da captação e do transplante de córneas.

O Brasil, a exemplo de muitos países, ainda tem um longo caminho a percorrer para reduzir a fila dos transplantes. É irrefutável, no entanto, o avanço alcançado recentemente, graças à implantação da Política Nacional de Prevenção da Cegueira - uma parceria entre o Ministério da Saúde e a classe oftalmológica, cujo desafio é o de zerar a fila dos transplantes até o ano de 2010. Desde o seu anúncio, durante o Fórum Nacional de Saúde Ocular, realizado em setembro de 2008 em Brasília, foram criadas centrais de transplante em vários estados; e houve aumento importante no número dessas cirurgias, em todo o país. A população ficou mais consciente sobre a importância da doação e isto só foi possível graças ao apoio incondicional da imprensa.

O Conselho Brasileiro de Oftalmologia acredita que Isto É, seguindo sua linha editorial independente e o seu compromisso social - construídos ao longo de mais de 40 anos de história, constitui-se em uma importante aliada divulgando a importância da doação. Este gesto de cidadania ajudará a resgatar a esperança a mais de 26 milhões de brasileiros que aguardam por um gesto de solidariedade para voltarem a enxergar.

Hamilton Moreira

Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia •

Resposta da Associação Pan-Americana de Banco de Olhos - APABO

À Revista ISTOÉ:

Lamentamos e repudiamos a reportagem sobre “Tráfico de Órgãos”, que peca pela falta de apuração dos fatos e presta um desserviço à população, apresentando informações equivocadas e de caráter tendencioso e especulativo. Responsabilidade social é dever de todo cidadão e de todas as instituições - principalmente, das instituições formadoras de opinião. Esperamos que as autoridades governamentais e as associações e conselhos de classe, que atuam de maneira séria e ética em prol dos transplantes, tornando possível a recuperação de milhares de pessoas, possam ser ouvidos e a verdade prevaleça e seja divulgada com o mesmo destaque.

Ana Maria Guimarães Garcia

Associação Pan-Americana de Bancos de Olhos - APABO

III Curso de Saúde Ocular Comunitária

O III Curso de Saúde Ocular Comunitária (SOC) para alunos dos Cursos de Especialização em Oftalmologia credenciados pelo CBO foi realizado de 01 a 05 de junho na sede da Fundação Altino Ventura, no Recife (PE). Este foi o segundo curso do gênero realizado na região Nordeste do País e contou com a participação de 24 alunos de cursos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A iniciativa foi coordenada pelas médicas oftalmologistas Andréa Zin e Roberta Ventura. Contou com o apoio do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, da Christoffel Blindenmission (CBM), do Hospital de Olhos de Pernambuco (HOPE) e da Fundação Altino Ventura (FAV). Teve como professores Andrea Zin (RJ),

Cláudia Leite (RJ), Rodrigo Lira (PE), Evelyn Diaz (Republica Dominicana) e Marinho Scarpi (SP), além dos professores da FAV Rafael Arruda, Eveline Barros, Liana Ventura, Telma Florêncio, Carlos Brandt e Roberta Ventura.

O curso teve como focos o planejamento de Programas para o Programa Visão 2020 e prevenção da cegueira, segundo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os temas abordados foram : Epidemiologia da Cegueira, Catarata, Cegueira Infantil, Glaucoma, Retinopatia Diabética, Visão Subnormal, Lideranças e Gestão de Pessoas, Diagnóstico, Planejamento de Projetos de Prevenção da Cegueira e Monitoramento dos Programas •



Marcelo Ventura, Roberta Ventura, Andréa Zin, Cláudia Leite, Evelyn Díaz, Marinho Scarpi e Ronald Cavalcanti



Marcelo Ventura, Marinho Scarpi e Ronald Cavalcanti

Cooperativismo médico em debate

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), em parceria com a Federação dos Médicos do Estado de São Paulo (Femesp), Associação Paulista de Medicina (APM) e Academia de Medicina de São Paulo, promoveu, em 24 e 25 de abril, o Fórum Estadual de Cooperativismo Médico. O evento foi dirigido pelo Conselheiro Adamo Lui Netto, médico oftalmologista e tesoureiro do CBO.

O fórum contou com a participação de Edivaldo Del Grande, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP), que defendeu as cooperativas de contratação de trabalho médico, o que foi rebatido pela segunda palestrante, Célia Regina Stander, procuradora do Ministério Público do Trabalho, que afirmou que sua maior prioridade seria acabar de vez com este tipo de

instituição, que classificou como “falsa cooperativa”.

Outro participante do fórum foi o médico oftalmologista Nelson Louzada, presidente da Cooperativa Estadual de Serviços Administrativos em Oftalmologia do Rio de Janeiro (COESO-RJ), foi o terceiro a se apresentar no fórum, quando explicou a impossibilidade jurídica de entidades como os conselhos de medicina ou sociedades médicas de especialidades e mesmo a própria AMB têm para discutir, junto às operadoras de planos de saúde, honorários e planilhas.

Afirmou que esta pauta caberia aos sindicatos, porém com inconvenientes, já que não é permitido criar sindicatos de especialidades e que tais instituições não podem representar pessoas jurídicas. Defendeu que a solução seria a criação de

cooperativas médicas por especialidade.

As exposições provocaram debates acalorados entre os representantes das várias instituições presentes ao fórum. No último dia do evento foi elaborado um relatório final com as principais conclusões sobre os temas discutidos •



Fórum Estadual de Cooperativismo Médico